

CONJUNTURA E TÁTICA

A eleição de Collor marca o desfecho contraditório da transição conservadora, que chega a seu final sem ter conseguido isolar os trabalhadores, nem ter feito da disputa política assunto de mera economia doméstica das classes dominantes. Ao contrário, são os de baixo, liderados pelo PT, que – apesar do muito que ainda têm para avançar – já ocupam o centro da oposição.

De um lado, as classes dominantes conseguiram aprovar uma Constituição que preserva uma organização profundamente autoritária do Estado brasileiro, garante os poderes do grande capital e do latifúndio e, em particular, torna inconstitucional a possibilidade de intervenção das Forças Armadas no processo político. De outro lado, a transição para a Nova República se encerra com o desgaste avassalador e a ruína eleitoral dos partidos que formam a Aliança Democrática. O Governo Collor elege-se tendo o desafio de centralizar os esforços para a criação de partidos ou coligações partidárias que lhe garantam uma base. Este é, assim, um dos problemas capitais das classes dominantes para enfrentar a crise econômica e social. Apelando diretamente ao eleitorado – a quem chama de “pés-descalços” e “descamisados” – com um discurso supostamente antielites, privatizante, neoliberal e modernizador, Collor de Mello apresentou-se à burguesia brasileira como alternativa ao fracassado Governo Sarney, ao mesmo tempo que a livrou de uma derrota frente aos setores populares: um governo democrático-popular, encabeçado por Lula.

Atropelando a ética política, combinando suas propostas de reforma do capitalismo com ataque aos cartórios e à especulação, Collor imprimiu à sua campanha uma forte linha de autoritarismo, de violência, de anticomunismo e de demagogia. Assim é que sua vitória, obtida sobre a crise de autoridade do Governo Sarney, pelo temor da hiperinflação decorrente do descalabro econômico que se arrasta há dez anos e como saída contra as esquerdas, confirma o caráter autoritário da dominação burguesa no Brasil, ora apoiado diretamente no aparelho repressivo do Estado, ora sustentado por governos autoritários e populistas.

Síntese da luta social e política do PT, da CUT, do movimento popular, dos sem-terra, da intelectualidade democrática, a candidatura Lula sinalizava que, na disputa pela hegemonia, os de baixo, os explorados, encontravam na figura de um líder operário e popular a possibilidade de entrar num novo período histórico, inaugurando uma fase de reformas econômicas profundas, sob a direção de um governo anticapitalista.

Por tudo isso é que a vitória de Collor de Mello recebe o apoio entusiástico da grande imprensa e é saudada pelos partidos históricos da burguesia (PDS, PFL, PTB) e pela direita do PMDB, que entra em sintonia com o caráter liberal e modernizador do programa do presidente. Na prática, portanto, Collor busca credenciar-se, com a legitimidade das urnas, para conduzir um governo que se propõe inaugurar uma nova era do capitalismo no Brasil, superando sua crise crônica, e elevar-se ao patamar do 1º Mundo. Disposto a vencer a crise econômica – centro da crise política brasileira –, Collor lança seu pacote econômico precedido por intensa barragem publicitária, e o faz sem negociar com a sociedade, sem consulta ao Congresso e em claro desrespeito à Constituição e à legalidade vigentes. Seu

programa de estabilização embute altos riscos políticos e econômicos, derivados das medidas adotadas abruptamente nas áreas fiscal, monetária e de rendas. Tudo faz crer, porém, que o pacote antiinflacionário é apenas um dos elos de uma política de alcance mais longo, voltada para a reestruturação da economia e do Estado. Nessa perspectiva, estão implícitas nas Medidas Provisórias do governo linhas de política industrial e comercial, de reforma administrativa e patrimonial do Estado, bem como maior integração dependente da economia brasileira, que passaria a viver um surto de crescimento.

A reforma fiscal e a política monetária do pacote revelam que Collor situou-se acima de interesses particulares de grupos, de facções da burguesia e, em nome do conjunto dos capitalistas, retoma o papel do Estado como gerente de interesses da classe dominante, moderador dos particularismos e agente de uma coalizão burguesa ainda não claramente definida até o momento. Daí seu caráter contraditório e a oposição de determinadas frações do capital, incomodadas com o ataque à especulação, a cartórios, reservas de mercado e a subsídios do Estado. Para recompor o papel do Estado como financiador a longo prazo do crescimento econômico capitalista, do papel da moeda e do crédito, da função de indutor dos investimentos e estabilizador das crises cíclicas do sistema, Collor de Mello não vacilou em cancelar boa parte da dívida pública interna, em confiscar recursos por meio da reforma monetária e em ampliar como nunca o papel interventor do Estado – uma contradição apenas aparente com seu discurso privatista e neoliberal.

A grande questão, agora, é a administração do plano de estabilização e seus desdobramentos, sujeitos a fatores externos ao governo, tais como: eficácia da reforma fiscal, redução das remessas de renda para o Exterior (que depende da negociação da dívida externa), a recessão e suas conseqüências, o comportamento dos agentes econômicos, que podem dolarizar a economia ou produzir uma explosão de consumo num quadro recessivo, o que reintroduziria com vigor a inflação.

SITUAÇÃO DO PLANO COLLOR

Passados os primeiros meses, estão se confirmando as previsões e a avaliação política feitas pela Comissão Executiva Nacional e pelo Diretório Nacional do PT nos momentos iniciais do Plano Collor. A recessão se aprofunda e o governo, além de perder o controle da liquidez da economia, insiste numa política salarial que levará a um arrocho nunca visto. O congelamento de preços não passa de uma declaração política e faz parte do jogo publicitário do governo. A própria reforma administrativa, anunciada com grande estardalhaço, não resolverá o problema de caixa do governo, que a reforma fiscal pretendia eliminar.

O Plano Collor vive, portanto, entre a recessão e a retomada da inflação, com riscos de uma hiperinflação. Desorganizou a economia, destruiu a credibilidade do sistema financeiro, impôs, especialmente aos trabalhadores e pequenos produtores, perdas salariais e de renda, além de imobilizar novamente o governo, já que inviabilizou sua política fiscal e monetária. A tendência recessiva manifesta-se pela queda do nível de emprego, diminuição do consumo e arrocho salarial, criando um círculo vicioso que, somado ao seqüestro da liquidez, desorganizou e paralisou parte do sistema produtivo. Com isso, os agentes econômicos não investem, dada a

incerteza do quadro econômico, o que, somado aos cortes dos investimentos públicos e aos problemas no setor exportador, forma o quadro recessivo.

A gravidade política e social da situação, confirmada pela ausência de uma política de salvaguarda do emprego e de salários da classe trabalhadora, é acentuada pela proposta da livre negociação, que o governo quer impor num quadro recessivo. O risco de hiperinflação é real, o sistema financeiro não funciona como rede de contenção e, por isso, não consegue evitar a fuga de liquidez, que a economia retomou para o dólar, o ouro e a especulação imobiliária.

As medidas do governo em relação aos aposentados e ao Fundo de Garantia, a tentativa de cobrar IOF [Imposto sobre Operações Financeiras] na transferência de titularidade e a pretendida redução do salário dos funcionários em disponibilidade revelam desencontros na equipe do governo, e chegaram a causar profundo desgaste da imagem de Collor perante a opinião pública. A volta da inflação e as últimas pesquisas publicadas demonstram esse desgaste.

Além disso, foi quase unânime a reação do Congresso Nacional e do empresariado a medidas do governo, obrigando Collor a retroceder imediatamente. Apesar de agir no sentido de firmar sua autoridade pessoal e centralizadora, Collor enfrentou manifestações de descontentamento na própria área militar, onde também recuou, perdendo autoridade frente a indisciplinas políticas do comandante da Região Sudeste e, como sempre, atuando para a platéia, advertindo e prendendo Euclides de Figueiredo e Newton Cruz, ambos na reserva.

NOVO MOMENTO POLÍTICO

Frente a esse quadro, vai se criando no País uma nova situação política. Diferentes setores da sociedade foram se conscientizando da natureza do Plano Collor, dos seus efeitos antipopulares e de seus objetivos de longo prazo, contrários aos interesses do povo e do Brasil. As medidas ilegais, o autoritarismo e a vergonhosa propaganda que acompanharam o Plano Collor produziram, em setores democráticos da sociedade, articulações dirigidas pela Comissão de Justiça e Paz, incluindo OAB, ABI, setores das Igrejas, movimento sindical, entidades de profissionais e técnicos, pequenas e microempresas. No campo popular e sindical, as manifestações promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC, pelos bancários em São Paulo, o Congresso do Movimento Sem-Terra em Brasília e a ocupação de centros de trabalho, particularmente a da Companhia Siderúrgica Nacional, foram um exemplo do caminho a seguir para enfrentar o Plano Collor. De maneira geral, as mobilizações populares e as greves estão sendo retomadas, como ocorre com os judiciários de São Paulo, os motoristas e ferroviários de várias capitais, portuários, canavieiros de São Paulo, professores da rede pública do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais e de Santa Catarina.

Os trabalhadores não vão aceitar, como demonstram em São Bernardo do Campo, a redução da jornada de trabalho com redução de salário e, muito menos, o desemprego, e devem opor-se ao caráter recessivo e antipopular do Plano. Faz-se necessária uma ampla articulação sindical e popular, apoiada pelas entidades da sociedade civil e pelos partidos de esquerda, para lançar o movimento sindical em jornadas de protesto e luta contra o Plano e preparar uma greve geral.

A política de congelamento de salários e livre negociação em plena recessão é inaceitável para os trabalhadores. Essa nova situação revela uma crise política do Governo Collor e perda de base social, mas não pode ser confundida com o fim do projeto Collor e dos planos neoliberais da grande maioria do empresariado brasileiro. Foi correta a luta – mesmo que, num primeiro momento, isolada – para a disputa da base eleitoral e social popular do Governo Collor e já há evidências de importantes divisões no empresariado com relação ao ajuste econômico e ao plano de estabilização do governo. Mesmo dentro da equipe de governo aparecem indícios de contradições, que refletem diferentes interesses econômicos e sociais e se expressam através de pressões sobre a equipe do governo.

OPOSIÇÃO AO GOVERNO COLLOR

Para atualizar sua tática e definir as tarefas para enfrentar o Governo Collor e as mudanças de conjuntura, o PT precisa, de um lado, reafirmar as Resoluções do 5º e 6º Encontros – que analisaram o momento histórico, precisaram nossa política de acúmulo de forças, demarcaram nossas alianças e desenvolveram o programa democrático-popular – e, de outro, uma reflexão sobre nosso partido, sobre o caráter do Governo Collor e, particularmente, sobre o socialismo.

Nossa tarefa central é a oposição ao Governo Collor, especificamente à sua política econômica e ao estilo Collor, autoritário, populista, sustentado pela avassaladora propaganda dos meios de comunicação.

O confronto com o governo vai ocorrer em vários níveis e momentos:

a) disputa no plano institucional, no Congresso Nacional e nas eleições de 1990;

b) disputa na sociedade, contrapondo à CUT e aos movimentos organizados o sindicalismo de resultados e os descamisados;

c) disputa nos meios de comunicação e na mobilização social, procurando impedir nosso acesso à informação e a retomada da luta social e econômica organizada;

d) disputa de alternativas políticas e ideológicas em torno dos objetivos do Governo Collor e da questão da ideologia neoliberal, contra o socialismo e a esquerda.

Nossa política no plano institucional visa enfrentar o Governo Collor com o objetivo de criar um pólo alternativo. Nesse sentido, devemos atrair o PCdoB, o PCB, o PDT e o PSB para uma frente democrático-popular de oposição no Congresso Nacional e nas eleições. Estaremos, assim, criando condições, a médio prazo, para a luta contra o pacote e a reestruturação do capitalismo brasileiro.

Diante do autoritarismo de Collor e dos riscos de retrocesso institucional, o PT e a frente oposicionista devem colocar, com ênfase ainda maior, a questão democrática, tomando a defesa intransigente do estado de direito e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas da sociedade.

Tanto na luta parlamentar como nas eleições devemos apresentar um programa mínimo de defesa do emprego, do salário e dos direitos sociais dos trabalhadores, particularmente da previdência social, saúde, educação e transportes

públicos, para fazer frente à recessão e à política privatizante que o novo governo acabará por impor se seus planos forem bem-sucedidos.

Outra questão fundamental na disputa institucional e nas eleições se dará em torno do papel do Estado e da internacionalização dependente da economia brasileira. O PT deve contrapor à política neoliberal um programa democrático-popular articulado com nossa proposta socialista, única forma de enfrentar, a longo prazo, as propostas de reestruturação do capitalismo brasileiro. Para tanto, o Programa de Ação de Governo (PAG), apresentado por Lula nas eleições de 1989, deve ser atualizado e repensado no novo quadro da economia e do Governo Collor. Nessa linha, têm papel de destaque na oposição ao Governo Collor o companheiro Lula e o Governo Paralelo, lideranças sindicais e populares e personalidades democráticas, [que] se contrapõem globalmente aos projetos de Collor, propagam as alternativas do PT, subsidiam nossa atuação no Parlamento e no movimento social e colocam num patamar político as reivindicações dos movimentos da classe trabalhadora. Será papel do Governo Paralelo, junto com o DN, ir aprofundando o PAG e criando um pólo de referência alternativo na sociedade, tendo como objetivo a disputa presidencial de 1994.

AS ELEIÇÕES DE 1990

A disputa eleitoral de 1990 reveste-se de importância também a médio prazo, já que será um plebiscito sobre o Governo Collor e seu plano econômico e escolherá o Congresso Nacional, que fará a reforma constitucional de 1993 e o plebiscito sobre forma de governo.

Após o avanço político e mesmo eleitoral de 89, apesar da derrota, o PT tem pela frente uma disputa eleitoral que vai envolver os governos estaduais, as Assembléias Legislativas e, particularmente, o Congresso Nacional. As experiências de 89 na construção de um Programa Democrático-Popular, na elaboração e aplicação de uma política de alianças e, particularmente, o êxito da campanha eleitoral no 1º turno são uma base real para o PT estabelecer objetivos na disputa eleitoral de 90.

A consolidação do PT como partido, a ampliação de sua base social e eleitoral, o aprofundamento da consciência democrático-popular do eleitorado, particularmente dos trabalhadores, é nosso principal objetivo. Nosso partido e, especialmente, a liderança do companheiro Lula são uma alternativa real de governo e de projeto para milhões de brasileiros, e nós temos responsabilidade de viabilizar nos estados uma política de alianças que leve aos governos forças políticas de esquerda e progressistas.

Nossos adversários tudo farão para inviabilizar a consolidação do PT, principalmente da liderança de Lula, e travarão, como fizeram na campanha presidencial, uma luta sem tréguas contra nossos ideais socialistas. Mas é real a possibilidade de o PT conquistar governos estaduais e eleger uma grande bancada para o Congresso Nacional, mudando no campo institucional a correlação de forças no País, criando, assim, uma nova realidade para a luta social e para a disputa pela hegemonia no campo da esquerda.

Por conseguinte, os objetivos gerais de nossa tática eleitoral resumem-se nos seguintes pontos:

- a) consolidar a proposta do PT como partido socialista, democrático e de massas;
- b) construir uma alternativa democrático-popular à atual dominação das elites;
- c) fazer oposição ao Governo Collor, unificando os partidos do campo democrático-popular e socialista;
- d) fortalecer os movimentos sociais (sindical, popular, agrário, estudantil e os movimentos ecológico, dos negros, mulheres, índios) organizados e disputar os setores médios da sociedade, dando atenção ao trabalho junto aos setores desorganizados e mais pobres da classe trabalhadora.

A partir desses objetivos gerais, disputaremos as eleições com os seguintes objetivos:

- 1) derrotar o Governo Collor e seus aliados nos estados;
- 2) eleger uma forte bancada de deputados e ter presença no Senado;
- 3) eleger governadores do PT ou da Frente nos principais estados do País;
- 4) disputar a hegemonia no campo democrático-popular a partir de uma política de alianças e de oposição ao Governo Collor.

POLÍTICA DE ALIANÇAS

Com base nas experiências de 1985 e 86 e, especialmente, das eleições de 88 e 89, quando aplicamos uma exitosa política de alianças, devemos estabelecer diretrizes para uma política de alianças nas eleições de 90. A condição de uma política de alianças é o estabelecimento de objetivos comuns, na luta por um governo democrático-popular e pelo socialismo, com aqueles partidos que, em um ou outro objetivo, têm com o PT pontos básicos de acordo.

Em diferentes níveis e com particularidades para cada caso, o PT já realizou coligações e frentes eleitorais com PSB, PCdoB (Frente Brasil Popular), com PCB (em São Paulo, RS e ES), com PV (no RJ, ES e RS) e mesmo com PDT e PSDB (em alguns casos nas eleições de 88 e no 2º turno das eleições presidenciais).

A experiência do 2º turno das eleições presidenciais e o novo papel de Lula e do PT colocam uma grande responsabilidade para a direção nacional do Partido, no sentido de coordenar e acompanhar o processo nos estados, dado o caráter nacional e polarizado que ganhou a disputa com Collor.

a) O PT e a disputa no 1º turno

Nossa política é, no geral, disputar o 1º turno com candidatura própria, sem que isto signifique a inviabilidade de alianças e coligações já no 1º turno. Em determinados casos, a serem definidos, o PT poderá, com candidatura petista ou mesmo de outro partido ou setores de partidos aliados, compor uma Frente já no 1º turno, desde que isto atenda aos objetivos da tática eleitoral. Toda a questão política está em combinar uma tática eleitoral de afirmação e crescimento do PT, com uma política de conquistar governos estaduais para a oposição, não necessariamente

para o PT, impedindo que Collor ganhe os principais estados e faça maioria no Congresso Nacional.

Como as eleições são em dois turnos, é uma tendência natural para um partido como o PT, que tem um projeto alternativo, a apresentação de candidaturas próprias no 1º turno. Tanto é verdade que o PCB, o PCdoB e mesmo o PSB não têm como objetivo a disputa de governos estaduais, e sim a eleição de deputados. O mesmo não acontece com o PDT e o PSDB.

b) Os critérios

Qualquer política de alianças no 1º turno tem de levar em consideração os seguintes critérios:

1. oposição ao Governo Collor, com base num programa democrático-popular;
2. diretrizes básicas de um programa de governo estadual e oposição aos atuais governadores;
3. campanha conjunta: coordenação, finanças, mobilização, propaganda no rádio e na TV;
4. concepção de socialismo democrático a partir de pressupostos mínimos: pluralidade partidária, respeito aos direitos humanos, liberdade sindical e direito de greve, direitos civis básicos;
5. chapa majoritária e de proporcionais conjunta ou separada de comum acordo;
6. espaço político e orgânico para a disputa de hegemonia no processo eleitoral;
7. a propaganda eleitoral será unificada e não poderá privilegiar nenhum partido ou candidato.

As exceções devem considerar critérios de interesses do conjunto do Partido e da coligação, sempre que se tratar de candidato de grande penetração eleitoral e importância política, segundo critérios da respectiva coligação ou frente.

c) Outras questões

1. Continuidade da Frente Brasil Popular (FBP)

De maneira geral, na discussão com o PSB e o PCdoB ficou evidenciado que a FBP em nível nacional não pode se sobrepôr às realidades estaduais e/ou ter vigência, como tal, no novo quadro político formado com as eleições de 90. Apesar da proposta do PSB de dar organicidade à FBP e do PCdoB de constituir um Movimento Nacional de Oposição Popular, nossa proposta é de privilegiar as relações com o PSB e o PCdoB, sem prejuízo da possibilidade de manter ou ampliar a FBP em determinados estados. Isto não significa que somos contra a perspectiva de uma frente de esquerda ou democrático-popular a médio prazo no Brasil. Neste momento, com a crise do PCB, as fusões e incorporações no PSB e mesmo os impasses do PCdoB, não vemos como manter a FBP como foi organizada para a campanha presidencial ou mesmo segundo a proposta inicial do PSB.

2. A questão do socialismo

Sem entrar nas particularidades ou nos problemas internos ou nas relações internacionais de qualquer partido de esquerda no Brasil, entendemos ser impossível constituir alianças para a disputa eleitoral de 90 sem uma definição comum, que a chapa majoritária exponha durante a campanha eleitoral, sobre a questão do socialismo, sob pena de não termos respostas durante o debate eleitoral ou, pior, termos diferentes respostas, na maioria dos casos antagônicas. O que, como já ficou comprovado, é desastre político e eleitoral.

3. A chapa de candidatos à Assembléia Legislativa e ao Congresso

Esta é uma questão difícil de definir em nível nacional: depende da realidade de cada estado e de cada partido. No entanto, a experiência demonstra que, para o PT, é uma questão problemática, já que os outros partidos apresentam a reivindicação de lista comum e indicam um nome ou, no máximo, dois ou três para cada chapa. Com o agravante de, muitas vezes, como aconteceu em 88, reivindicarem para si o tempo de TV e rádio da sigla partidária, concentrando a propaganda em um ou no máximo dois candidatos proporcionais, o que é inaceitável, em 1990, para o PT.

4. A relação com o PDT e com o PSDB

Nossa política de alianças do 5º e 6º Encontros nos autorizava a realizar alianças com PSB, PV, PH, PCB e PCdoB dentro de determinados critérios e, só em casos excepcionais e particulares, com o PDT, o PSDB e com setores progressistas do PMDB. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Vitória, nas eleições de 88.

Com o PSDB, além das divergências de fundo que temos em torno do Programa de Governo, o divisor de águas será a oposição ao Governo Collor, e a regra é só fazer alianças com setores regionais ou personalidades dentro do campo democrático-popular e de oposição ao Governo Collor.

Já no caso do PDT precisamos, dentro das resoluções dos 5º e 6º Encontros, avaliar a posição de Brizola no 2º turno e a entrada de setores progressistas do PMDB e PSDB no PDT em vários estados. Caberá à CEN e ao DN discutir com cada estado a política de alianças com o PDT, respeitados os objetivos eleitorais e os critérios aqui definidos e aprovados.

A LUTA SINDICAL E POPULAR

Nossas experiências anteriores com os Planos Cruzado, Bresser e Verão, as lições da recessão de 1981/1983 e ainda os ajustes na Argentina, no Chile, na Bolívia e no México são ilustrativos do que a classe trabalhadora brasileira enfrentará com o atual plano de estabilização. Ao mesmo tempo, nossa luta contra os pacotes de Figueiredo e as greves contra os planos de Sarney nos ensinam que é preciso resistir às ilusões do congelamento e da derrubada da inflação. Mostram-nos, também, que a mobilização sindical e popular é fundamental para criar alternativas a essas políticas, que, no geral, seguem o modelo ortodoxo, embora muitas vezes se apresentem como inovadoras. O grande desafio para o PT é o de ligar a defesa das reivindicações específicas de salário, emprego e direitos sociais, da terra, do modelo agrícola, com a questão democrática e do modelo de crescimento que se pretende impor ao País.

De outro lado, é preciso, nos movimentos organizados, divulgar o caráter do Plano Collor e os objetivos do ajuste econômico, denunciando a privatização das estatais, via pagamento da dívida externa e a abertura, ao capital estrangeiro, do mercado nacional, desnacionalizando o que resta de médias empresas nacionais. Devemos mostrar que os grandes favorecidos pelo Plano Collor serão os monopólios e cartéis presentes no País, e que se reproduzirá o perverso modelo excludente, concentrador e dependente do milagre econômico dos governos militares.

No caso de uma profunda recessão, o movimento sindical e popular deve apoiar-se numa política de alianças com as classes médias e o pequeno empresariado, diretamente atingidos pelo desemprego e pelo confisco. É preciso combinar a política de defesa do funcionalismo público – ameaçado pela política autoritária que pretende transformá-lo no bode expiatório do déficit público e da ineficiência do Estado cartorialista, clientelista e corrupto criado pelas classes dominantes brasileiras – com uma proposta de reforma administrativa e patrimonial do Estado. O PT não pode ficar na defensiva nem aceitar a chantagem do governo, que, a pretexto de racionalizar o Estado, quer vender o patrimônio público, quer calar e perseguir o funcionalismo público, desmantelando suas organizações sindicais e liquidando seus direitos sociais.

O movimento sindical e popular deve organizar-se para enfrentar um novo governo e um novo período na economia brasileira. Nesse sentido, precisa avaliar suas formas de luta e sua tática frente ao Plano Collor. Finalmente, deve estar pronto para a eventualidade do fracasso do plano e para o risco de uma depressão, com as conhecidas conseqüências de desorganização da produção e crise social, seguidas de saques, fome e de tentativas do governo de impor-se pela repressão.

A ALTERNATIVA AO GOVERNO COLLOR: O PT

As eleições de 1988 e 1989 e a luta social têm confirmado nossa avaliação do 5º Encontro, de que o PT é uma alternativa real de poder na sociedade brasileira. A votação do Lula e da Frente Brasil Popular no 1º turno e do Movimento Pró-Lula no 2º turno só vieram confirmar a correção de nossa política de alianças e a validade do Programa Democrático-Popular. Apesar de não poder ser subestimada a vitória de Collor de Mello, o resultado alcançado por Lula resume os dez anos de luta do PT. O País se dividiu e a polarização anti-Collor foi real. Criou-se, então, para o PT, a possibilidade de hegemonizar uma frente de esquerda, popular e democrática, socialista.

O PT enfrentará, agora, não apenas uma política de ajuste econômico, mas também uma disputa ideológica com Collor, que se expressará na defesa do capitalismo e no ataque ao PT e ao socialismo. No campo social, como já vimos, o Governo Collor apela para o patriotismo, acusa a oposição de antipatriótica e chantageia o sindicalismo combativo, com seus ataques às elites e sustentando o sindicalismo de resultados.

Qualquer que seja o desfecho do Plano Collor, o PT terá de superar inúmeros desafios políticos e orgânicos, sendo necessário capacitar-se para hegemonizar uma frente política que possa aglutinar, na sociedade, forças sociais que resistam à política do governo.

Este texto trata principalmente da nova conjuntura e das tarefas do PT. Por isso, não faz referência específica à construção partidária e ao socialismo, temas abordados em outras teses. Mas é preciso destacar que a questão do socialismo está no centro da disputa política e ideológica com o Governo Collor, e com as tentativas de afirmar o capitalismo a partir do desmantelamento dos Estados socialistas da Europa do Leste e a crise geral dos regimes de partido único e de economia burocratizada. Nosso Partido não pode sequer pretender dar continuidade à disputa pela hegemonia na sociedade e à luta pelo poder sem enfrentar a questão do socialismo e sem aprofundar seu programa democrático-popular, nas novas condições do Governo Collor. Sobretudo, precisamos avançar na elaboração sobre o papel do Estado e na nossa compreensão sobre a economia de transição entre o capitalismo e o socialismo.

Nesta conjuntura de crise geral do socialismo, de ofensiva do pensamento neoliberal, a questão partidária ganha prioridade imediata. O PT necessita, urgentemente, iniciar um processo de reorganização e redimensionamento de sua relação com a sociedade, particularmente com os trabalhadores. Esse processo deve ser articulado a partir de medidas de caráter interno, de organização, e de caráter externo, de disputa de hegemonia na sociedade.

Internamente, precisamos realmente retomar um trabalho planejado e dirigido de organização de base – que, para se realizar, necessita de um jornal interno –, da ampliação da formação política, da democracia e, principalmente, de uma solução para a questão de finanças, que possibilitaria ao Partido uma estrutura profissional, separando as funções de planejamento, direção política, execução e assessoria, dando condições materiais e humanas para o trabalho da direção nacional.

No plano externo, o PT precisa de uma política de comunicação, que nos possibilite quebrar o monopólio exercido pela burguesia e que possa nos capacitar a disputar alternativas globais. Atenção especial deve merecer uma política para a TV e o rádio e um jornal independente de esquerda, que dispute com a grande imprensa um público democrático, socialista e progressista. No plano legal, devemos travar no Congresso Nacional a luta pela democratização dos meios de comunicação, criando o acesso dos partidos e da sociedade à comunicação via TV e rádio.

Outro campo fundamental de disputa é a frente cultural, na qual não temos potencializado o apoio da intelectualidade, de artistas e de vários movimentos ao PT e à candidatura de Lula. Nesse sentido, a direção nacional do Partido deve empenhar-se em repensar a Fundação Wilson Pinheiro e uma política cultural.

Nascido de um impulso democrático, o PT tem expressado e tem sido um canal das reivindicações sociais dos trabalhadores e da luta contra a opressão e as discriminações contra o jovem, a mulher, o negro e o índio. É preciso retomar esse caminho, dando uma dimensão, para esta luta, de disputa geral na sociedade.

Por fim, o PT não pode mais ficar à margem da luta pelo meio ambiente e da questão ecológica, em que, apesar da participação de nossos militantes em diferentes movimentos, o Partido nem sempre serve de espaço de elaboração e canal de expressão para a luta ecológica, terreno hoje também disputado pela política do Governo Collor.

APOIAR A MOBILIZAÇÃO SINDICAL E POPULAR CONTRA O PLANO COLLOR

Nosso objetivo deve ser o de apoiar e participar da mobilização sindical e popular contra o Plano, defendendo a imediata edição de uma lei salarial que garanta para os salários um indexador capaz de evitar perdas; aceitando a livre negociação apenas para aumentos reais de salários; e recusando qualquer proposta que não contenha a negociação para repor as perdas salariais dos meses de março e abril. O PT deve, além disso, impulsionar o movimento sindical à luta pela reposição das perdas salariais anteriores ao Plano Collor.

No plano da sociedade, o PT deve-se opor à recessão, articulando o movimento sindical, popular, agrário, estudantil, da pequena e média empresa, entidades profissionais, evitando que a lógica recessiva do Plano Collor se imponha. Por isso, a ação anti-recessiva das nossas prefeituras e da Frente Nacional de Prefeitos deve merecer da direção do Partido uma atenção especial.

ARTICULAR A LUTA ECONÔMICA COM A LUTA DEMOCRÁTICA

O PT deve empenhar-se na defesa das liberdades democráticas, já que toda a ação do Governo Collor vai no sentido de violar a Constituição, passar por cima dos partidos políticos e anestesiar os movimentos sociais. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar os atos ilegais do governo e a utilização das Medidas Provisórias como decretos-lei, rasgando a Constituição, o que na prática equivale ao uso de métodos ditatoriais. Essa defesa da democracia tem que ser um amplo movimento que envolva a sociedade civil e garanta a ampliação da mobilização política e social contra o Governo Collor. A questão democrática não pode ser subestimada, já que os ajustes econômicos do tipo neoliberal são feitos às custas da participação do trabalho na renda nacional, com a eliminação dos direitos sociais dos trabalhadores e os cortes de investimentos na área social (saúde, educação, habitação, transporte coletivo, saneamento), além do aumento das tarifas públicas (luz, água, gás, transportes) e da liberação dos aluguéis, produto do aumento real de custos e da inflação que o governo desconhece, ao não aceitar uma lei salarial indexando os salários à inflação real.

Frente à oposição política e sindical, à resistência dos movimentos sociais e aos riscos do reflexo dessa situação no plano eleitoral, Collor poderá reprimir a luta social por meios violentos. O PT não deve vacilar em tomar a frente na luta contra qualquer tentativa de Collor de violar os direitos políticos e civis consagrados na Constituição.

UMA ALTERNATIVA DE GOVERNO

Na oposição ao Plano Collor, não basta a luta social e econômica e a defesa da democracia. O PT, com base na liderança do companheiro Lula, deve apresentar-se como uma alternativa de governo a Collor e disputar, com um plano de governo alternativo, a hegemonia na sociedade civil. Isso significa que, por intermédio do Governo Paralelo e durante as eleições de 1990 – quando se disputará com Collor a maioria no Congresso Nacional e os governos de estado –, o PT deve fazer uma

crítica não só ao plano de estabilização econômica, mas principalmente aos objetivos de reforma do Estado e ajuste na economia buscados por Collor.

Esse plano alternativo, econômico e social, deve ser uma continuação do Plano de Ação de Governo apresentado por Lula nas eleições de 1989 e deve dar resposta às questões centrais que estão em debate na sociedade: a reforma do Estado, a questão administrativa e o papel das estatais, a nova política agrícola, distribuição de renda e investimentos sociais. Deve também enfrentar as questões gerais de caráter político-ideológico em disputa na atualidade, enfatizando nossa alternativa global para a sociedade brasileira, contrapondo-se à ofensiva capitalista contra o socialismo e reafirmando nosso projeto socialista democrático. Isso significa que a disputa eleitoral de 3 de outubro estará ligada à oposição a Collor, à luta contra o seu plano de estabilização, e terá como tarefa a derrota do Governo Collor e de seus aliados.

PLANO DE AÇÃO PARA O DIRETÓRIO NACIONAL

O DN deve concentrar esforços no sentido de que:

1) O companheiro Lula assuma pessoalmente a coordenação e articulação de uma reunião dos partidos de esquerda;

2) O PT e os partidos de esquerda e de oposição a Collor trabalhem criando condições para que o movimento sindical da cidade e do campo e a sociedade civil se unifiquem na oposição ao Plano Collor, inclusive no apoio às mobilizações e lutas dos trabalhadores;

3) O Partido distribua para todo o Brasil um cartaz e um jornal contra o Plano Collor, com as propostas do PT e alternativas de mobilização da classe trabalhadora;

4) Em todos os lançamentos de candidatos majoritários do PT e em todo material de campanha um objetivo central seja a oposição ao Plano Collor e a denúncia da situação da classe trabalhadora;

5) Seja elaborado um plano de viagens para o companheiro Lula, articulando o lançamento de candidaturas do PT com reuniões e articulações contra o Plano Collor;

6) Os Diretórios Regionais, as bancadas e as lideranças sindicais e populares da cidade e do campo, em todos os estados, articulem a sociedade civil, os partidos de oposição e o movimento sindical e popular contra o Plano Collor;

7) O Governo Paralelo apresente, ao PT e à sociedade, um diagnóstico da gestão de Collor e do seu plano econômico, tratando particularmente da questão da reforma administrativa, da privatização de estatais, do plano de estabilização, da política agrícola e industrial e da questão da dívida externa;

8) O Partido apóie o plano de ação das prefeituras petistas contra a recessão e o desemprego, reproduzido na Carta de São Paulo, bem como as ações da Frente Nacional de Prefeitos;

9) A Comissão Executiva Nacional e a bancada federal impulsionem nossa atuação parlamentar no Congresso Nacional segundo as propostas alternativas e o diagnóstico a ser aprovado.

OS ATAQUES CONTRA AS ADMINISTRAÇÕES

É impossível examinarmos objetivamente o desempenho do PT nas prefeituras sem antes denunciar a brutal campanha de propaganda contra as administrações petistas promovida pela mídia conservadora. Esta, alimentada pelos partidos da burguesia, pelos seus técnicos e ideólogos, dedicou especial atenção e espaço aos nossos governos municipais, em particular em São Paulo, de modo a distorcer, encobrir e desinformar a população. Inovações político-administrativas foram minimizadas ou suprimidas no noticiário: limitações materiais ou jurídicas foram reconhecidas para milhares de prefeituras administradas por outros partidos, menos para as petistas; eventuais erros foram amplificados e apresentados como a marca nacional do PT. Esse ataque permanente contra nossas administrações e nosso partido é essencialmente ideológico e preconcebido. Desse ponto de vista, a campanha eleitoral, nosso desempenho positivo e particularmente a passagem de Lula ao segundo turno exacerbaram as críticas contra o PT, em particular contra as nossas administrações, procurando estampar nelas o selo da inépcia, da incompetência administrativa, do clientelismo e mesmo da corrupção.

A esses ataques, que em última instância visam a liquidação do projeto histórico do PT, respondemos com a força da nossa política, com a lisura no trato da coisa pública, com o saneamento ético-administrativo que efetivamos, com o combate à corrupção até então institucionalizada praticamente nas administrações anteriores, com a desativação dos aparatos clientelísticos e com o clientelismo. Tudo isso, evidentemente, é parte integrante de um novo modo de governar, que traz consigo uma nova ética, e que estamos procurando instaurar em nossos governos.

No entanto, se essas críticas não podem servir de parâmetro para uma auto-avaliação séria do desempenho do Partido nas administrações, elas não podem ser desconsideradas, pois são um dado da realidade, que interfere na formação da opinião pública, atingindo, com impacto, o povo trabalhador desorganizado e a nossa base social de sustentação. Nossa prática de governo deve ser avaliada com base nos interesses imediatos e históricos das classes populares, que, para o PT, se traduzem em objetivos programáticos, estratégicos e táticos, contidos nas resoluções democraticamente aprovadas por nossas instâncias. E à luz do nosso projeto estratégico, não há como deixar de reconhecer que, de conjunto, as nossas administrações defrontam-se, hoje, com desafios de fundo que, certamente, só serão vencidos por nós se viermos a desenvolver com maior intensidade uma prática político-administrativa de qualidade inteiramente nova, pois está tomando conta de setores cada vez mais significativos da população o descrédito na nossa capacidade de governar para a maioria.

DEFINIR UMA ESTRATÉGIA PARA AS PREFEITURAS

As resoluções do Partido definem as prefeituras como instrumentos de disputa de hegemonia. Isso significa que elas devem ser pontos de apoio de luta do PT, da população, contra a administração da burguesia, por um mundo novo, socialista. Isso significa que nós rejeitamos a ocupação de espaço no aparelho do Estado com fins meramente administrativos. A competência técnica e administrativa deve estar a

serviço da alteração da correlação de forças entre as classes populares e as elites dominantes. Por isso mesmo, devemos afirmar, a cada instante, que a administração tem que estar orientada por nossa política.

Essa perspectiva – que, diga-se de passagem, não é consensual entre nós, apesar de repetidamente decidida por nosso Partido – deve estar claramente colocada para a população, para quem e com quem pretendemos governar e avançar em direção ao socialismo. Em outras palavras, transformar as prefeituras, de aparatos conservadores e obedientes à lógica do capital, da iniciativa privada (vale dizer, da minoria), em ferramentas de disputa da hegemonia na sociedade, exige uma definição estratégica do Partido no governo mais precisa e contundente do que a que temos praticado até agora. Sem essa sinalização material e simbólica para a população objetivamente interessada na transformação da sociedade, corremos o risco de assistir à dispersão, cada vez maior, da base política de nossos governos.

A ausência de respostas de fundo estratégico faz com que nossas administrações apareçam perante a população sem objetivos centrais de governo, como se governar a cidade, do nosso ponto de vista, fosse somar, aritmeticamente, as metas setoriais das várias secretarias. Dentro desta lógica, a prestação de contas que é feita em geral não difere muito dos relatórios que somam realizações, sendo que, muitas vezes, o que se entende por realizações são deveres elementares de quem se propõe a administrar (como a compra de lâmpadas, restauração de móveis etc.), e que, a rigor, deveriam ser pressupostos de um balanço verdadeiramente político.

Dessa forma, torna-se difícil polarizar politicamente as forças populares e democráticas em torno de nossas iniciativas de mudança. Mais de um ano de governo, em mais de 30 cidades, há controvérsias acerca das implicações práticas de nossas resoluções. Não raro, estas controvérsias inibem nossa iniciativa política e prejudicam a unidade de ação partidária. Hoje, depois da experiência vivida, em que os estilos de administração podem ser delineados, podemos afirmar claramente que há linhas políticas distintas sendo aplicadas em nossas administrações. Distintas entre si e, por vezes, distintas das definidas pelo Partido, ainda que não sejam conscientemente propostas à discussão em nossas instâncias. Essas concepções não explicitadas, mas implementadas, expressam opções concretas de governo e são responsáveis, em última instância, pelos tímidos resultados políticos obtidos até agora. Um exemplo dessa situação podemos encontrar na reforma administrativa e na democratização das prefeituras. Nesse terreno, muito pouco foi feito até agora, o que semeia a ilusão de que podemos governar com a velha máquina, que também impede a participação popular.

APRIMORAR A RELAÇÃO ENTRE O PARTIDO E AS ADMINISTRAÇÕES

Somente o livre debate dessas questões de fundo, que dizem respeito à estratégia do Partido, é que pode nos levar a superar nossas dificuldades, conjuntamente com os petistas nas administrações. A crítica miúda, fragmentada, que muitas vezes ocorre, deve dar lugar a um novo patamar nas relações Partido/administrações.

Para isso, é fundamental a compreensão de que a crítica não é idêntica à sabotagem. Ela é legítima e necessária. A era dos partidos tiranos ou dos partidos domesticados, dóceis nas mãos dos estados, porta-vozes oficiais dos governos, está chegando ao fim com o desabamento dos regimes autoritários do Leste Europeu. O PT nasceu contra essas concepções e não tem nenhuma vocação de reeditá-la em nosso País. Temos, pelo contrário, que encarar a crítica como um momento de aprendizado e/ou de ensinamento, sempre de acordo com as regras da democracia.

Se devemos e queremos estabelecer um novo patamar de discussão é porque compreendemos que tanto os governos municipais como o Partido foram incapazes de constituir um projeto global e estratégico aprofundado, o que, evidentemente, semeia confusão sobre a definição das nossas prioridades e meios de realizá-las. À nossa natural falta de experiência administrativa uniu-se a ausência de um plano de governo consistente e teoricamente sustentado. O estabelecimento de um quadro elementar de discussão, em que as responsabilidades mútuas do Partido e das administrações sejam assumidas, é fundamental.

Existem companheiros que acreditam que o programa do Partido é genérico ou equivocado em muitos pontos. Outros, que o Partido fala do abstrato e as administrações do concreto. Outros ainda acreditam que o Partido tem a verdade e as administrações voltam as costas a ela. O PT não pode concordar com essas visões. O processo deve ser de interação. Isto é, a intervenção do Partido e dos seus militantes nos movimentos sociais e nas administrações é a única que pode nos levar a aperfeiçoar o nosso programa, a melhorar nossa intervenção e o desempenho nas administrações. Nossa inexperiência só será superada se houver intercâmbio efetivo, fluxo de informações e elaboração de políticas a partir dos critérios de realidade, da vida da administração e do Partido. O que nos move é a consciência de que um eventual fracasso do PT nas administrações pode comprometer por anos e anos a realização de nosso projeto histórico e o fortalecimento de nossa luta.

Nas relações Partido-administração, o que tem prevalecido até agora é a busca do consenso. Quando este não existe, tanto o Partido quanto a administração se posicionam ou simplesmente executam suas propostas. Com base na experiência desenvolvida até agora, podemos afirmar que o método de busca de consenso não dá conta da atual realidade. É indispensável, hoje, a construção de fóruns compostos por dirigentes partidários e da administração, que definam as grandes prioridades administrativas dos municípios por meio da elaboração conjunta entre administração e Partido; isto, num processo que pode e deve passar por reuniões setoriais, seminários e, eventualmente, plenários municipais, conforme a necessidade. É preciso um processo organizado de avaliação e planejamento pelo conjunto do Partido.

Trata-se de conseguir instrumentalizar o Partido para que dirija a política exercida pelos petistas nas administrações e possa avaliar, criticar e formular políticas. Sem um trabalho nesse sentido, buscando afirmar o caráter dirigente que cabe ao Partido – responsável, em última instância, enquanto projeto político permanente, pelo sucesso ou fracasso das administrações –, o que veremos, rapidamente, será a ampliação da distância entre o Partido e as administrações.

AS NOSSAS DIFICULDADES

Neste último ano, tivemos enorme dificuldade para compreender que a crise econômico-financeira em que se encontram imersas as prefeituras é uma crise estrutural do Estado brasileiro. O modo de financiamento público da economia brasileira esgotou-se à medida que chegou a seu limite a articulação entre a dívida externa e a dívida interna. Tampouco demos conseqüência à nossa visão de que a crise política, articulada à crise econômica, expressa-se na perda do poder de articulação do Estado sobre a economia. O resultado foi um discurso hegemônico da burguesia, cuja pauta contém: o pacto social (substituído agora pela união nacional), a extinção do déficit público como forma central do combate à inflação, a diminuição da presença do Estado na economia, a privatização, sempre combinados com as denúncias de ineficiência e fisiologismo do aparelho estatal.

Apontamos que a resposta das nossas administrações deveria passar por um grande e inevitável confronto político com o projeto da direita, que, deliberadamente, aplica uma política de desregulamentação da economia, expressa por uma selvagem concentração dos fundos públicos (com diminuição radical das dotações para as aplicações sociais, com maior deterioração na qualidade dos serviços), combate à inflação (através da diminuição da massa salarial), privatizando, quase como doação, o patrimônio público e negociando a dívida externa de forma a acelerar a internacionalização da economia.

É forçoso constatar que não cumprimos um roteiro semelhante ao acima esboçado. Tratamos, na maioria dos casos, de uma resposta contábil à crise estrutural da relação Estado-economia. Adotamos, muitas vezes, o que se batizou de administrativismo. Estamos tímidos diante dos confrontos e muitas vezes conciliamos. Tentamos governar para toda a população e perdemos de vista nossa base social e política. Não podemos perder a visão da centralidade do Estado na nossa formação social, as funções históricas que por isso ele cumpre, de que modo as cumpre. Estamos atrofiando as nossas possibilidades de gestão do poder e despolitizando nossa oposição radical ao atual sistema. Trata-se de negar, mesmo nos limites do Estado de classe, que a burguesia tenha a prioridade desse Estado e a exclusividade da dominação. Devíamos assumir que só radicalizando os mecanismos democráticos de expressão, participação e representação é que evitaremos a prevalência da lógica estrita do mercado e do capital.

A crise geral por que passam os movimentos populares, a separação da luta sindical das questões da gestão urbana e a ausência de uma política clara para a criação de espaços democráticos de atuação, de modo que haja participação da população na definição de tudo aquilo que lhe diz respeito, conforma um quadro que empurra nossas administrações para o isolamento político. A fragilidade ou ausência dos movimentos sociais fez com que os nossos vários ensaios de participação popular fossem tímidos e limitados. Sem mistificar suas possibilidades, está colocada para nós a constituição de canais políticos regulares de participação popular, com poder decisório, ainda que em limites estabelecidos.

A experiência prática tem demonstrado que uma efetiva inversão de prioridade, em benefício da maioria explorada e espoliada, só é viável se sustentada diretamente pela participação popular. Essa é a principal questão a ser resolvida

pelas nossas administrações, isto é, sua relação com o povo, que, apesar de tentativas e esforços, não foi alterada em qualidade. Nesse terreno faz-se necessária uma forte alteração dos rumos dos governos municipais, para dar cumprimento pleno aos programas de governo sob os quais fomos eleitos, ativar a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa de suas reivindicações imediatas e de transformações profundas na sociedade brasileira e fazer uma implacável e sistemática denúncia ao ataque que sofre das classes dominantes.

REORIENTAR A POLÍTICA E INVERTER AS PRIORIDADES

A política de inversão de prioridades, vale dizer, do redimensionamento dos mecanismos de investimento, buscando aplicar uma política mais justa, tinha e tem como instrumento principal o próprio aparato público, seus equipamentos, sua legitimidade e também seus mecanismos de seleção de demandas. Um governo democrático e popular somente pode enfrentar esses mecanismos burocráticos consolidados no País rompendo com sua lógica, que é a de governar para os grandes interesses. Somente a vontade política dos governantes, isoladamente, é insuficiente para romper com os processos de elaboração e execução de políticas que só beneficiam a minoria. Essa lógica estatal se sustenta na burocracia, na tecnocracia e numa postura absolutamente antiparticipativa. Somente o combate a esses mecanismos elitistas de decisão é que pode reverter, de conjunto, a situação. Governar, hoje, significa, entre outras coisas, selecionar áreas de prioridade e demandas. O salto de qualidade de nossos governos será dado quando houver ampliação das mobilizações populares em luta por seus interesses. Aqui, o papel do Partido é insubstituível, e nesse terreno reside a nossa maior fraqueza, ao não termos sido capazes, governos e Partido, de comprometer o conjunto das massas populares com a gestão democrática da coisa pública.

Mas como dar conta da questão da participação democrática quando nem sempre há respostas ativas da população? O PT acredita que a participação efetiva pressupõe que os cidadãos querem e podem opinar, fiscalizar, controlar e decidir. Movimentos, assembléias de bairros ou qualquer outra forma autêntica de união e representação popular não podem efetivar-se por decreto, pela simples vontade de construí-las. Haveria, então, desinteresse do povo? Na verdade, não se pode esperar uma grande participação da população se esta não sabe como, onde ou para que participar. Se as prefeituras ficam da mesma maneira como nós herdamos, elas serão incapazes de estimular a expressão popular, pois não foram montadas para tanto. Nesse quadro, como pode-se dar a participação?

A participação exige uma efetiva imagem democrática, de honestidade e de eficácia das prefeituras. Serem transparentes em seu funcionamento e gastos e abertas ao diálogo com a sociedade são requisitos fundamentais para a participação. E esses requisitos não são compatíveis com administrações ultracentralizadas, que ainda tendemos a reproduzir em nossos governos municipais. Por isso, para que haja participação, é necessária a descentralização do poder de Estado, criando e consolidando espaços de participação por bairro, com competências definidas e recursos. No setor de finanças, talvez como fruto da necessidade de assumir o

controle da situação, mantivemos a estrutura centralizada que, em alguns casos, chegou até mesmo a ser aumentada.

As conseqüências disso para as administrações vêm sendo graves: morosidade na liberação de recursos, ultracentralização das compras dos equipamentos, inclusive os de urgência, promovendo o atraso na implementação de reformas e mesmo o constrangimento da ação de secretarias-fim, como as de educação, saúde, obras, habitação e transporte. A agilização da máquina estatal é necessária para acelerar e dar maior qualidade às iniciativas das secretarias. Uma descentralização efetiva das prefeituras exige modificações profundas nos mecanismos de liberação e de aplicação de verbas. Uma estrutura mais adequada deve ser implementada rapidamente, de modo a eliminar a tirania das finanças imposta pelos governos anteriores, e que permanece na maioria de nossas administrações.

A participação requer também que se estabeleça um conjunto de mecanismos institucionais de reconhecimento de alguns direitos. É preciso inovar nesse terreno. A participação na elaboração e na execução de programas populares, no abastecimento, na defesa do meio ambiente, assim como a introdução de democracia de base nas instituições representativas (como o direito de audiência pública, comissão mista) devem ser avaliadas por nós. A participação, vista dessa forma, será capaz de combinar formas de organização da democracia representativa com os movimentos, organizações e formas de expressão populares, sem que haja perda de identidade. A participação, assim, é um estilo de fazer política, que só se pode desenvolver num estado descentralizado e participativo. Se assim não for, corremos o risco de excluir, de fato, a maioria da população das decisões e, em seguida, culpá-la por não participar.

Nosso Partido tem responsabilidades pelo refluxo dos movimentos populares. Os movimentos, talvez por não compreenderem que sua luta continua, mesmo sob uma administração petista, têm procurado apenas canais institucionais para alcançar suas reivindicações. Parte deles, que não mantêm proximidade com o PT, apresenta desconfiança e, freqüentemente, é presa fácil de manipuladores de direita. De nosso lado, perdemos parcialmente a nossa capacidade de disputar a direção desses movimentos e, principalmente, de organizar os desorganizados, de fato a grande maioria da população.

Juntamente com a reforma administrativa, que modificaria o atual sistema de gestão municipal, poderia [se] extinguir departamentos ou secretarias criadas para alimentar clientela política, [se] acabaria com a duplicidade de funções (várias secretarias com a mesma função desorientam o cidadão, pois não se sabe qual delas é efetivamente a responsável) e as nossas administrações poderiam lançar uma ofensiva política em defesa dos direitos da população.

Formas democráticas devem ser reconhecidas, incentivadas e fortalecidas, como as iniciativas populares e plebiscitos. No mesmo sentido, as prefeituras devem abrir suas portas e fornecer, de maneira ágil, as informações que forem solicitadas sobre os órgãos públicos ou sobre aquilo que toca diretamente a vida do cidadão. Deve haver um trabalho ousado de reconhecimento das entidades representativas (sindicatos, associações de consumidores, de usuários etc.) e de diálogo com elas. O orçamento municipal e a educação são terrenos privilegiados para essa

participação. Para isso, as prefeituras deveriam dotar-se de secretarias de governo que fossem responsáveis por esse reordenamento político da atividade municipal e que dirigissem a ofensiva que, acreditamos, temos que desenvolver. A população, quando informada e convidada a decidir sobre os rumos de suas vidas, responde positivamente.

A descentralização, combinada com a reforma administrativa e a participação popular, dá as bases para a democracia efetiva das prefeituras. A priorização de alguns setores sociais para investimentos de peso, como os transportes coletivos (que nas grandes cidades tornou-se o principal problema a afligir a população), abrindo suas propostas e se abrindo para as entidades e cidadãos da sociedade, pode marcar o início de um capítulo novo nas nossas administrações. As nossas prefeituras devem trazer para a discussão os sindicatos, entidades de categoria, democráticas, de defesa do meio ambiente, de modo a que as cidades possam ser pensadas globalmente. Com a implantação que o nosso Partido possui, a secundarização dessa via pode levar a uma despolitização sem precedentes, com um impacto profundo em nossa trajetória.

Em nossas prefeituras, os petistas devem dar curso ao trabalho que os elegeu e que integra nossa história. É verdade que o governo municipal é nosso, do nosso Partido, mas também é verdade que as reivindicações populares são nossas. Isso significa que a luta pelas reivindicações populares não pode cessar quando ganhamos um governo municipal, ainda que se deva dar de forma diferente, pois há espaço para o diálogo e a negociação. Todas as reformulações de organização do aparato municipal devem-se dar simultaneamente à abertura efetiva de canais de participação do povo. Os nossos secretários devem multiplicar as audiências, de modo a que possam ser avaliados para além dos muros do Estado. No mesmo sentido, os setores mais sensíveis da administração, como o setor de transportes, devem-se abrir para sugestões e propostas de toda a sociedade. Essas iniciativas têm particular importância à luz da disputa política e eleitoral deste ano, na qual as eleições para os governos combinam-se com as ações no sentido de ajudar o desenvolvimento das mobilizações populares diante do novo governo e seus aliados. Nestas eleições, estará concentrada, de um lado, a tentativa do Governo Collor de consolidar um projeto político e econômico que signifique uma saída para as classes dominantes, por mais contradições em seu seio que tal tentativa venha a desenvolver. De outro lado, nossas candidaturas, as únicas com potencialidade e capacidade de abrir para a população a alternativa de um governo democrático e popular, que decida em favor e com a grande maioria dos trabalhadores e setores médios da população, sacrificados pela crise econômico-social do País.

O bom desempenho das administrações petistas, neste quadro, tem uma função vital para a grande disputa de outubro e novembro próximos. A afirmação dos nossos candidatos ao governo do Estado e das propostas do Partido depende em grande medida do fato de a população sentir, praticamente, que somos capazes de governar em função de suas necessidades mais sentidas.

Não se trata de atrelar as administrações à campanha, e muito menos de aparelhá-las a serviço de nossas candidaturas aos governos estaduais. Trata-se, isto sim, de colocar em prática opções administrativas que vão ao encontro dos anseios da maioria da população. Com isso, o PT deve não somente romper o cerco

propagandístico da burguesia contra suas administrações como também agilizar respostas concretas aos problemas enfrentados pela população, intensificando a aplicação do programa do Partido. Se conseguirmos combinar adequadamente o desempenho de nossas administrações com a campanha e a mobilização popular, estaremos em condições não só de vencer as eleições deste ano como de recolocar para o povo uma alternativa democrática e popular, contraposta ao Governo Collor e seus aliados.

A luta política do Governo Collor contra as nossas administrações será frontal, e contará com a solidariedade (ainda não sabemos se velada ou aberta) dos governos. Exigir dos governos federal e estaduais a liberação de recursos necessários e a agilização dos projetos, reivindicar que todos os meios ao alcance desses governos sejam postos a serviço da melhoria da vida da cidade, é fundamental. Caso contrário, alimentamos a ilusão de que todos os problemas e as carências poderão ser satisfeitos em nível municipal. Os vereadores do PT – tanto das cidades que administramos como das demais – têm que reatualizar o seu papel. Reatar com os movimentos populares, incentivar a sua organização e fortalecimento é fundamental, hoje. Para isso, devem se reunir em Encontros Estaduais, para discutir e elaborar nossa política.

SUPERAR OS IMPASSES NAS PREFEITURAS

Tarefa fundamental, hoje, para a disputa pela hegemonia sobre a maioria da população, desde o ponto de vista dos trabalhadores, é a de responder positivamente às questões das prefeituras. Para isso, é forçoso reconhecer que, passado mais de um ano da posse de cerca de três dezenas de petistas à frente de algumas das mais importantes prefeituras do país, esta é ainda uma questão não equacionada adequadamente. É correto e necessário que tenhamos em conta, ao fazermos qualquer juízo sobre nosso desempenho dessa tarefa, o quadro de sucateamento em que as classes dominantes jogaram o Estado no Brasil, a correlação de forças, os vícios das máquinas administrativas voltadas para os interesses dos grandes capitalistas, o fogo cerrado da imprensa burguesa, a nossa inexperiência etc. Nesse sentido, já constitui fato positivo as prefeituras do PT funcionarem, sendo que os serviços melhoraram em vários casos. Conquistas importantes têm sido a inversão de prioridades e o melhor tratamento, na maioria dos casos, ao funcionalismo público. Porém, ainda que isto conte, não pode obscurecer o fato de que elas, em sua maioria, não têm logrado dar visibilidade à marca democrática e popular que prometemos imprimir, e com a qual, via de regra, a população e, em especial, a nossa base social não têm se identificado. Os impasses vividos por cada administração petista não podem ser encarados como meros fatos particulares de responsabilidade dos prefeitos e seus auxiliares. Sem desconhecer as singularidades, e mesmo manifestações graves de imaturidade política, as evidências são de que falta ao Partido uma linha política para nortear a ação das prefeituras. É necessário uma linha de balanço deste período, que contemple questões como: a falta de incorporação, em algumas cidades, das forças progressistas que contribuíram para a nossa vitória; o não prosseguimento e aprofundamento da oposição, a partir das prefeituras, ao governo estadual e federal;

a afirmação do caráter democrático e popular da questão da comunicação social, e a materialização deste caráter no nível da participação popular. Esta linha político-administrativa visa responder em primeiro lugar, no concreto, para quem e de que modo o PT governa. Por um lado, trata-se de responder que o Partido governa para toda a cidade, mas o faz do ponto de vista da parcela majoritária da sociedade: daquela explorada e oprimida da população. Neste sentido, esta ótica se materializa na priorização não de todos mas, efetivamente, da maioria dos eternos alvos dos discursos oficiais, mas sempre esquecidos das práticas governamentais.

A QUESTÃO AGRÁRIA

A luta de classes na agricultura brasileira, nas últimas décadas, embora tivesse como principal motivação a luta pela terra – historicamente monopolizada por uma pequena, mas poderosa, classe latifundiária –, sofreu um intenso processo de diferenciação em virtude do acelerado desenvolvimento capitalista na agricultura. Em particular, nos recentes 25 a 30 anos, o capitalismo provocou uma verdadeira revolução na base técnica e nas estruturas econômicas e sociais. A antiga classe dos latifundiários transformou-se num setor da classe burguesa, ao mesmo tempo que os camponeses – sejam os pequenos proprietários, sejam os pequenos lavradores sem terra (aqui compreendidos os arrendatários e pequenos parceiros, os moradores, os foreiros, os porcentageiros) e outras modalidades de trabalhadores camponeses – sofreram um brutal processo de expulsão das terras em que trabalhavam, sendo obrigados a migrar para os centros urbanos e transformando-se em trabalhadores assalariados, tanto rurais como urbanos.

Essa reformulação transferiu também para o campo, de modo agudo, a polarização fundamental do capitalismo, contrapondo a burguesia agrária – composta dos seus setores agroindustriais, cada vez mais concentradores, dos setores de granjeiros e fazendeiros médios e também de antigos latifundiários tradicionais – aos trabalhadores assalariados. Nessas condições, as reivindicações econômicas dos assalariados, assim como as formas de luta que lhe são típicas, como as greves, ganharam uma força e uma amplitude que não tinham antes. Ao mesmo tempo, acentuou-se a tendência para o surgimento de organizações sindicais próprias dos assalariados rurais. Tudo isso criou as bases sociais para que a perspectiva socialista se desenvolvesse com mais força nas áreas rurais.

A forma como o capitalismo vem resolvendo a questão agrária no Brasil também tem funcionado como um instrumento de desenvolvimento das reivindicações, sentimentos e aspirações anticapitalistas, embora isso não possa ser tomado diretamente como sinônimo de uma consciência e reivindicações socialistas. Nisto se enquadra a luta pela reforma agrária, durante muito tempo considerada como possível de ser realizada dentro do sistema capitalista e, inclusive, interessando a parcela considerável da burguesia. O desenvolvimento capitalista na agricultura, pela via da modernização técnico-econômica dos latifundiários, concentração ainda mais monopolista da terra e expropriação acelerada dos camponeses, transformando-os em assalariados, conduziu a que a questão agrária fosse resolvida, no fundamental, do ponto de vista da burguesia. Esta, excetuando-se alguns setores muito minoritários, não tem qualquer interesse numa reforma

agrária democrática, que atenda aos interesses das grandes massas de trabalhadores rurais.

Por outro lado, a implantação do capitalismo na agricultura, a diminuição considerável do peso dos trabalhadores rurais não-assalariados, [faz com que] seja colocada em discussão a hipótese da reforma agrária ser descartada como necessidade e como bandeira de luta. Para setores consideráveis das forças políticas e sociais está colocada na ordem do dia a socialização da terra e dos demais meios de produção agrícolas, o que mudaria o caráter da reforma agrária. E, entretanto, se é verdade que ao capitalismo não interessa a reforma agrária, e que, em perspectiva, o que interessa aos trabalhadores rurais assalariados é a socialização dos meios de produção agrícolas (terra, equipamentos e instrumentos), é preciso considerar os seguintes desafios:

a) o processo de proletarização dos trabalhadores rurais não-assalariados ainda não se completou na agricultura brasileira: ainda existem milhões de pequenos proprietários, pequenos arrendatários e parceiros que, mesmo estando em processo de proletarização, ainda têm como horizonte a propriedade particular de seus meios de produção e trabalho, incluída aí a terra;

b) no Brasil, existe um exército industrial de reserva muito vasto, base de manutenção do baixíssimo preço da força de trabalho, que terá que encontrar formas de trabalho e subsistência diversificados, para sair do patamar de miséria em que vive atualmente. Nas condições existentes, mesmo que os trabalhadores assumam o poder e iniciem o processo de construção socialista, será fundamental abrir a possibilidade para que a pequena produção mercantil (urbana e rural) se desenvolva como um dos principais instrumentos de absorção da mão-de-obra, hoje marginalizada, e de ampliação da produção de alimentos e artigos de consumo de massa. Em tal contexto, a pequena propriedade agrícola continua como uma necessidade econômica, social e política, não só para os trabalhadores rurais não-assalariados, mas também para o conjunto dos trabalhadores, em particular os urbanos.

Assim, a reforma agrária continua sendo uma necessidade e uma bandeira de luta, embora tendo perdido seu antigo caráter democrático-burguês. Ela passa a ter um caráter eminentemente democrático e popular, anticapitalista, tornando-se mais um instrumento de luta rumo ao socialismo, incluindo aí a perspectiva de socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores, dirigidas por eles próprios. É preciso ter em conta que no processo de construção do socialismo poderão coexistir pequenas propriedades e produções rurais com empresas e cooperativas socializadas e, dependendo do desenvolvimento real da economia e da luta de classes, também com empresas agrícolas particulares. O fundamental é que o eixo do processo de socialização ocorra com a participação efetiva e democrática dos trabalhadores, com sua adesão voluntária às medidas de socialização e que estas obedeçam tanto a razões econômicas quanto sociais e políticas.